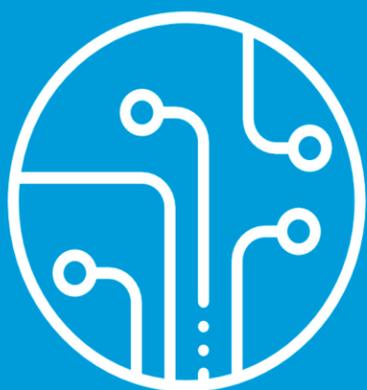


PUBLICIDADE LEGAL



EDIÇÃO DIGITAL



ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO
ACESSE: [VERIFICADOR.ITI.GOV.BR](https://verificador.itl.gov.br)

EDIÇÃO 5306
RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



Goiânia, terça-feira 4 de abril de 2023

Gazeta do Estado



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.itl.gov.br

Gazeta do Estado
ICP
Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2023/04/03 23:59:55



SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Durante o ano de 2022, apesar de ainda ter sido um ano desafiador para a Companhia devido à continuidade da pandemia do *Coronavirus* (SARS-CoV-2), porém considerando o cenário de significativa redução no número de casos de Covid-19, o Conselho de Administração aprovou o *Plano de Flexibilização e Reordenamento de Atividades pós-pandemia de Coronavirus* (COVID-19), elaborado e apresentado pela Diretoria Executiva. Durante o período da pandemia, a Companhia obteve êxito na implementação e controle de suas ações, processos e procedimentos, através da adoção de medidas para evitar a entrada e, consequentemente, propagação da doença em suas instalações, de forma a minimizar eventuais impactos operacionais, econômicos e financeiros da Empresa e, principalmente, preservar a saúde dos funcionários. No final do exercício de 2022, a Companhia apresentava o quadro de funcionários com 100% de vacinação completa, 1ª, 2ª e 3ª dose/reforço. Em relação à escassez hídrica desencadeada em anos anteriores, a Companhia, assim como outros agentes do Setor Elétrico Brasileiro, foi impactada principalmente em relação ao volume de geração, considerando os baixos níveis do reservatório, o que trouxe reflexos diretos no custo do MRE. Durante o ano de 2022, a Companhia adotou estratégia semelhante a anos anteriores, efetuando a aquisição de energia elétrica de forma antecipada para o respectivo exercício, obtendo bons resultados, principalmente em relação à estratégia do *hedge* para suprir os volumes decorrentes da exposição ao GSF. A Serra do Fação Energia S.A., ao final do exercício de 2022, no décimo segundo ano consecutivo de operação comercial com capacidade total, obteve resultados econômicos e financeiros superiores aos números apurados nos últimos 8 anos, período de 2014 a 2021. Os melhores resultados econômicos e financeiros estão basicamente associados a alguns fatores: redução das taxas de inflação em relação a anos anteriores, com impacto direto nos custos com o *Uso do Bem Público - UBP*, liquidação antecipada do financiamento com o BNDES, maior rentabilidade de aplicações financeiras e compra antecipada de energia para suprir as exposições decorrentes do *GSF do ACL (Ambiente de Contratação Livre)*. Cabe destacar ainda os impactos positivos decorrentes da estratégia adotada pela Empresa no ano de 2016, com a celebração da repactuação do risco hidrológico para os contratos *ACR (Ambiente de Contratação Regulada)* junto à ANEEL. A Companhia registrou, no final do exercício, um Lucro Líquido de R\$9,0 milhões, com uma margem líquida de (2,15%), resultado este superior aos últimos resultados apresentados pela Empresa, porém inferior às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração para o ano de 2022. Ressalta-se que, como tem ocorrido nos últimos anos, o lucro registrado foi reduzido devido à contabilização do *Uso do Bem Público "UBP"*, procedimento meramente contábil que impacta o Resultado Econômico, não estando relacionado ao desempenho operacional da Companhia. Adicionalmente, cabe destacar a alta capacidade de geração de caixa da Companhia, inclusive após a liquidação de forma antecipada do financiamento junto ao BNDES, maximizando os resultados financeiros e consequentemente, agregando valor para a Empresa no longo prazo. Desde o ano de 2015, o valor do *UBP* passou a ser registrado como *ativo intangível e*, mensalmente, tem sido amortizado, sendo também corrigido a valor presente. Na análise em relação ao *Plano Operacional de 2022*, nota-se que os impactos mais relevantes no Resultado estão associados: a) à variação negativa nos custos referentes ao *"UBP"*, ocasionada pela oscilação dos índices de inflação, inclusive o IGP-M; b) à variação nos custos não gerenciáveis; c) à variação negativa na compra/liquidação de energia, oriunda das variações das premissas de *GSF e PLD*; d) ao impacto positivo nos custos gerenciáveis; e) à variação positiva com reajuste de contratos de energia em função do índice de inflação (IPCA); f) à variação positiva da reversão de provisão com ganho no processo ambiental referente à mortandade de peixes (IBAMA) e g) à variação positiva nas Receitas Financeiras. O impacto consolidado destes itens representou R\$6,0 milhões (depois do IR) no Resultado. O *EBITDA* (sigla em inglês para *Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA*) foi de R\$142.650 milhões, uma variação de -1,5% em relação ao Plano Operacional de 2022 e -30,6% em relação ao ano de 2021 (contabilização da diferença dos ressarcimentos referentes ao GSF no valor de R\$ 61 milhões, conforme previsto na Lei 14.052/2020, referente à extensão da concessão pelo período adicional de 1.472 (um mil quatrocentos e setenta e dois) dias, registrada no ano de 2021). Como inicialmente previsto, a estratégia adotada pela SERRA DO FAÇÃO em relação à *Repactuação do Risco Hidrológico* para os contratos firmados no *Ambiente de Contratação Regulada ("ACR")*, celebrada em jan-16, demonstrou continuidade em sua efetividade, uma vez que, mesmo com as variações relevantes dos índices de *GSF* ao longo do ano, pode-se notar um considerável "custo evitado" em decorrência da repactuação. Os custos gerenciáveis apresentaram uma redução de R\$1.399 milhões em relação ao Plano Operacional de 2022 e um aumento de R\$3.543 milhões em relação ao ano de 2021, correspondendo a uma variação de 18,9%, em valores nominais. A variação inflacionária no período foi de 5,79%. Em relação à *Repactuação do Risco Hidrológico*, conforme previsto na Resolução Homologatória 2.932 de 17.09.2021 – ANEEL, na data de 12/11/2021 a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o *Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos* relacionados ao *Mecanismo de Realocação de Energia – a MRE*. No mês de dezembro de 2021, a Companhia contabilizou os valores complementares referentes à extensão da concessão. O valor da *Repactuação do Risco Hidrológico* está sendo amortizado de forma linear, compreendendo o período de janeiro de 2022 até o final da concessão, estendida até novembro de 2040. Foi possível alcançar um volume de geração de energia elétrica bruta, de modo a atingirmos, em dezembro de 2022, a geração total de 7.491.266 MWh, desde o início da operação comercial, em 2010, marca alcançada considerando a programação de geração definida pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) com o objetivo de atender às necessidades do SIN (Sistema Interligado Nacional). Além disso, cabe mencionar que, durante o ano, a Usina alcançou Índice de Disponibilidade de 97,87%, com Taxa de Falha estável e adequada. Quanto à segurança das instalações e dos colaboradores, destacamos que a Empresa, em seus diferentes setores, encerrou o ano com 856 dias sem acidentes de trabalho com afastamento, envolvendo pessoal próprio e 2.522 dias, sem considerados apenas profissionais de empresas prestadoras de serviço. Durante o ano de 2022, a Companhia, através de processo de recertificação realizado por instituição externa de auditoria, Fundação Vanzolini, obteve a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo norma *ABNT NBR ISO 14001:2015*, que objetiva assegurar que todas as atividades realizadas pelo empreendimento, bem como sua cadeia de fornecedores estejam atendendo às normas ambientais vigentes, seja na esfera municipal, estadual e federal. No que diz respeito às ações socioambientais, identificamos a consolidação das obrigações ambientais da Companhia, em harmonia com as condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação vigente. Destacamos, em especial, no ano de 2022, o recebimento do *Selo Prata do Programa GHG Protocol*, após a publicação do inventário de emissão de gases de efeito estufa da empresa no *Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol*, organizado pelo *Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – FGVces* –, instituição responsável pelo programa. A *Licença de Operação* do empreendimento continua vigente, na medida em que todas as obrigações atribuídas à Empresa vêm sendo cumpridas, em especial, o requerimento de renovação da *Licença de Operação*, apresentado sob o protocolo nº 001812.0000420/2020, com base no §4º, inciso III, art. 18 da Resolução nº 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997, ou seja, 120 (cento e vinte) dias, antes do vencimento da 2ª *Renovação da Licença de Operação* nº 895/2009, em 05 de maio de 2020.09.2017, com vigência até 11.03.2021. A *Licença de Funcionamento* nº 126/2021, emitida pela a *Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD*, para operação da Linha de Transmissão (LT 138kV) que conecta a UHE Serra do Fação

ao *Sistema Integrado Nacional – SIN*, na subestação Catalão, de propriedade da concessionária *Equatorial*, distribuidora de energia elétrica do estado de Goiás, está vigente, com validade de 10 (dez) anos, ou seja, até 15/03/2031. Cabe destacar a participação da Empresa como membro do setor de usuários da Hidroeletricidade do estado de Goiás nos *Comitês da Bacia do Paranaiaba e da Porção do Rio São Marcos e Veríssimo*, cujo mandato foi renovado e vigorará pelo período de 2022 a 2026. Ainda com relação às obrigações regulatórias, cumpre mencionar a condução de diversos projetos de *Pesquisa e Desenvolvimento* em parceria com renomadas Universidades e instituições brasileiras, nos termos da Lei 9991/2000, da Resolução ANEEL nº 435/2011 que instituiu o *Programa Setorial de P&D* e da Resolução ANEEL nº 605/2014, que implanta o *Manual de Contabilidade do Setor Elétrico*. Durante o ano de 2022, constatou-se a consolidação do *Código de Ética e Conduta Empresarial*, desenvolvido, implementado e divulgado aos funcionários da SEFAC no ano de 2018 com o objetivo de aprimorar as práticas de governança corporativa, associadas ao cumprimento das Leis do País. Tal código visa nortear e comprometer, ainda mais, os administradores e funcionários com a prática de relações éticas, verdadeiras e transparentes, observando a responsabilidade socioambiental, segurança no trabalho, trato em atividades políticas, relações com clientes e fornecedores, relações com as comunidades e respeito ao ambiente de trabalho. Ainda em relação à governança corporativa, destaca-se a atuação dinâmica e participativa dos comitês internos da Companhia nos processos técnicos, financeiros, jurídicos, de meio ambiente e de comercialização de energia, agregando valor adicional ao negócio e provendo maiores subsídios às decisões do Conselho de Administração. **Perfil da Empresa:** Em 28 de junho de 2001, a *Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL* realizou o Leilão nº 002/2001, por meio do qual o *Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação – GEFAC* arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, estado de Goiás, e Paracatu, no estado de Minas Gerais. O *Contrato de Concessão 129/2001 – ANEEL – AHE Serra do Fação* e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Fação. A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, tem potência instalada de 212,58 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,8 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão da *Equatorial*. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica em 2022 foi de 178,80 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais à jusante. Cabe mencionar que, desde de janeiro de 2018, conforme Portaria MME nº178, de 03 de maio de 2017, a Garantia Física da UHE Serra do Fação foi reduzida de 182,4 MW médios para 178,80 MW médios. Conforme Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, a partir de janeiro de 2023 a Garantia Física da SEFAC foi reduzida em 2,5%, representando 4,4 MW médios, resultando em uma Garantia Física de 174,4 MW médios (GF original na concessão: 182,4 MW médios). Em 31 de dezembro de 2022, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações eram as seguintes:

Furnas Centrais Elétricas S.A.	54,0130%
Alcoa Alumínio S.A.	34,9737%
DME Energética S.A.	11,0133%
	100,0000%

A Participação Acionária é composta por ações Ordinárias e Preferenciais, conforme a seguir:

AÇÕES ORDINÁRIAS	
Alcoa Alumínio S.A.	43,3294%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	13,6444%
DME Energética S.A.	100,0000%

AÇÕES PREFERENCIAIS	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	100%
Alcoa Alumínio S.A.	0%
DME Energética S.A.	0%
	100%

Cabe mencionar que, durante o ano de 2019, a acionista *Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.*, com base no que determina o *Estatuto Social da Empresa* e o *Acordo de Acionistas*, decidiu retirar-se da sociedade e disponibilizar seu montante de ações aos demais acionistas, para efeito de exercício de direito de preferência previsto naqueles documentos. Na sequência, os acionistas *Furnas Centrais Elétricas S.A.* e *DME Energética S.A.* optaram por utilizar essa prerrogativa e decidiram adquirir a cota de participação então ofertada, partilhadas na forma prevista nos documentos societários. Em 17 de maio de 2021, a *Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S.A.* transferiu a totalidade de suas ações, conforme consta no livro de registro de ações número 18, nas páginas 26 e 27. Suas 28.546.844 ações foram distribuídas na seguinte proporção: 83,0634% ou 23.711.967,51 ações foram distribuídas para *Furnas Centrais Elétricas S.A.*, enquanto que 16,9366% ou 4.834.876,15 ações foram distribuídas para a *DME Energética S.A.* **Situação da Empresa:** A Usina Hidroelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº01 em 13 de julho de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010 e a Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, integrou o *PAC – Programa de Aceleração do Crescimento* instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Fação foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo então Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$520 milhões, firmado no *Contrato de Financiamento nº 09.2.0124-1*, em 05/03/2009, totalmente quitado, de forma antecipada, em abril de 2021, além de um financiamento suplementar no valor de R\$56 milhões, firmado sob o nº 09.2.1328-1, totalmente quitado em dezembro de 2010. Com base nas projeções e perspectivas para o ano de 2023, a Administração vislumbra a melhoria dos resultados econômicos e financeiros da Companhia, sendo que ao final do exercício de 2023, bem como em anos seguintes, a Companhia maximizará a sua geração de caixa e proporcionará resultados econômicos e financeiros superiores aos resultados apresentados até o presente momento. A repactuação dos riscos hidrológicos, bem como a compra antecipada de energia elétrica para exercícios futuros, podem ser consideradas como estratégias diferenciadas e importantes para aprimorar a performance da Companhia. A Administração continuará enviando todos os esforços na busca de reduções de custos gerenciáveis, inclusive através de sinergia entre as áreas, além da análise e repactuação/renovação de contratos.

Desempenho Econômico e Financeiro			
Indicadores Empresariais			Variação
Dados Econômicos-Financeiros (R\$mil)			2022 / 2021
Receita Operacional Bruta	471.356	431.056	9,3%
Receita Operacional Líquida	419.866	384.502	9,2%
EBITDA	142.650	205.477	-30,6%
Resultado do Serviço - EBIT	28.811	119.143	-75,8%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(19.796)	(164.574)	88,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	9.016	(45.431)	119,8%
Ativo Total	2.494.865	2.432.125	2,6%
Patrimônio Líquido	227.488	218.473	4,1%
Ativo Circulante	409.697	261.310	56,8%
Passivo Circulante	233.471	214.309	8,9%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais–R\$, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITAS	15	419.866	384.502
CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS			
Compra energia elétrica		(36.686)	32.121
Apropriação do prêmio de risco hidrológico	7	(15.179)	(13.752)
Amortização do UBP	10	(64.647)	(65.546)
Amortização GSF Lei 14.052/2020	10	(5.826)	-
Depreciação e amortização	9/10	(38.205)	(43.906)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(16.048)	(13.404)
Programas ambientais	22	(5.220)	(3.963)
Pessoal - Programas ambientais	22	(2.338)	(2.057)
Pessoal - Usina		(5.489)	(5.148)
Serviços de terceiros		(1.967)	(1.550)
Material		(553)	(234)
Seguros		(1.113)	(851)
Outras despesas		(266)	(271)
Taxas CCEE/O.N.S.		(164)	(174)
Outros custos		4.111	(432)
	16.1	(189.590)	(119.166)
		230.276	265.336

RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira sobre aplicações financeiras		36.181	10.624
Outras receitas financeiras		445	(18.152)
Despesas de juros sobre financiamentos		-	(4.853)
Despesas de atualização monetária UBP	11	(244.879)	(313.112)
Outras despesas financeiras		(2.463)	(3.678)
	17	(210.716)	(329.171)

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(2.637)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8/19	(2.165)	23.236
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	14	9.016	(45.431)
Resultado básico e diluído do exercício por lote de mil ações (em reais - R\$)	14	0,0214	(0,1077)

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(2.637)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8/19	(2.165)	23.236
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	14	9.016	(45.431)
Resultado básico e diluído do exercício por lote de mil ações (em reais - R\$)	14	0,0214	(0,1077)

Indicadores Econômicos			Variação
			2022 / 2021
Geração de Valor - Margem EBITDA	33,98%	53,44%	-36,4%
Margem EBIT	6,86%	30,99%	-77,9%
Margem da Atividade - Margem Líquida	2,15%	-11,82%	118,2%
Rentabilidade (Lucro x Ativo Total)	0,36%	-1,87%	119,3%
Liquidez Corrente - em pontos	1,75	1,22	43,9%
Liquidez Geral - em pontos	0,26	0,19	36,5%
Giro do Ativo - em pontos	0,17	0,16	6,5%

Ações			Variação
			2022 / 2021
Valor Patrimonial da Ação (por Lote de mil ações)	435	418	4,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação (R\$)	17,26	(86,97)	119,8%

Conciliação do EBITDA			Variação
			2022 / 2021
Lucro (Prejuízo) Líquido	9.016	(45.431)	119,8%
Imposto de Renda e CSLL	4.802	(23.236)	120,7%
Resultado Financeiro	19.796	164.574	-88,0%
Depreciação e Amortização	109.037	109.570	-0,5%
EBITDA	142.650	205.477	-30,6%

Considerando a boa geração de caixa projetada para os anos futuros, associada ao fato de a Companhia ainda não poder remunerar os acionistas através de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio devido à alteração no processo de contabilização do *UBP*, caracterizando-se apenas como um problema meramente contábil, outras alternativas visando à maximização de caixa e criação de valor para a Empresa estão sendo analisadas, dentre elas, a alternativa referente à redução de capital devido ao excesso de capital social, operação de mútuo, novos investimentos e outros. O processo de Redução de Capital foi aprovado pelo Conselho Fiscal, no montante de R\$150 milhões, no ano de 2022. Através do Despacho nº 2.792 da SFF, na data de 29/09/2022 a ANEEL anuiu previamente à solicitação de redução de capital social no valor de R\$150 milhões para o ano de 2022. O assunto foi encaminhado para apreciação dos Acionistas. Estima-se que o processo seja concluído e operacionalizado no primeiro semestre de 2023. **Dados do Investimento, Orçamento Operacional 2022 e Governança Corporativa:** O orçamento para a implantação do empreendimento foi aprovado com o valor de R\$1,063 bilhões, dos quais, aproximadamente 51% correspondem ao contrato com o *Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Fação - COFAC* e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, foram orçados em aproximadamente R\$301 milhões, que correspondem a, aproximadamente, 28% do orçamento. Os custos associados ao investimento foram totalmente concluídos no ano de 2014, inclusive culminando com a assinatura do termo de encerramento do contrato *EPC*. O orçamento operacional para o exercício de 2023 foi elaborado projetando os custos gerenciáveis (Administração, O&M da Usina, Programas Ambientais e Seguros) no valor total de R\$28,873 milhões/ano. O *Plano Operacional* para o exercício de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração, sendo que a Companhia projeta um lucro de R\$31,08 milhões no exercício. Todos os resultados financeiros estão baseados em "princípios" e "valores" observados pela Administração, preservando sempre a Governança Corporativa, Segurança, Responsabilidade Socioambiental, transparência, controles internos, aprimoramento de fluxos de processos e procedimentos internos. **Aspectos Socioambientais:** Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente Estadual e Municipal, bem como Ministério Público Federal, têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da *Licença de Operação* do Empreendimento. Atualmente, estão sendo executadas atividades relativas a 23 (vinte e três) Programas Socioambientais previstos na renovação da Licença de Operação, os quais, em sua maioria, são de continuidade aos Programas Ambientais da primeira Licença de Operação, obtida no ano de 2009. Até a emissão da nova licença, todos os programas continuarão a ser executados conforme previsto na 2ª *Renovação da Licença de Operação* nº 895/2009 e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a Companhia e o IBAMA. O cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais. **Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais:** No exercício de 2022, durante o período de operação da Usina, os estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios abrangidos pelo empreendimento, os ministérios de *Meio Ambiente e Minas e Energia* e o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)* receberam, a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor de aproximadamente R\$2,908 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece a dois critérios: 1) o repasse por ganho de energia por regularização de vazão; 2) o de área inundada pelo reservatório. Quanto ao restante da distribuição, este rateio é efetuado com base em critérios previamente estabelecidos pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. **Operação da Usina e status das obras complementares:** Durante o ano de 2022, a Usina gerou 505.342 MWh de energia bruta (correspondendo a 500.445 MWh de energia líquida), obteve ótimos resultados de disponibilidade (Índice de 97,87%, comparado a 97,5%, previsto no plano operacional) e, principalmente, gerenciou o processo de O&M pelo nono ano consecutivo com equipe própria. No período acumulado, abrangendo 60 meses, até o mês de dezembro/22, o Índice de disponibilidade foi de 98,67%, superior ao Índice de 94,76% exigido pela ANEEL. Conforme o Plano de Manutenção Plurianual da Usina, baseado na metodologia de *MCC – Manutenção Centrada em Confiabilidade*, no ano de 2022 foi realizada a Inspeção Preventiva de 34.000 horas-equivalentes de operação na Unidade Geradora 01, conforme previsto no Plano Operacional de 2022. As atividades foram realizadas pela equipe interna de Manutenção da Usina, com suporte da área de Meio Ambiente durante o resgate de peixes, atendendo às normas de segurança e aos *Procedimentos de Rede* definidos pelo ONS (*Operador Nacional do Sistema Elétrico*). Outra atividade relevante iniciada e conduzida ao longo de 2022 foi a primeira *Revisão Periódica de Segurança de Barragem – RPSB*, prevista na Lei 12.334/2010 e na Resolução ANEEL nº 696/2015. Essa atividade deverá ser concluída ainda no início do próximo ano. Além disso, em 2023, conforme descrito no Plano Operacional elaborado para o ano, está prevista 01 (uma) parada programada da UG01 para inspeção no serviço de manutenção corretiva realizado no concreto do Tubo de Sucção da referida UG, que apresentou áreas com deslocamentos e recebeu reparos durante a inspeção de 2022. As atividades serão realizadas da mesma forma, ou seja, com a equipe interna de Manutenção da Usina e suporte das áreas de Meio Ambiente e Administrativa. **Perspectivas e Agradecimentos:** A operação da Usina, o gerenciamento dos programas ambientais e o aprimoramento e otimização de processos financeiros e administrativos deverão continuar sendo efetuados em conformidade com as diretrizes, os cronogramas, os parâmetros orçamentários e de segurança definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e pelos Acionistas, sendo que a Diretoria Executiva tem como objetivos, além da otimização dos resultados financeiros para o exercício de 2023, a contínua racionalização dos custos através da introdução de procedimentos de otimização de recursos materiais e de pessoal, sem que seja alterado o padrão de atendimento aos requisitos técnicos inerentes à concessão, assim como às condicionantes socioambientais presentes na *Licença de Operação* vigente e aos padrões de segurança, sempre observando os controles e procedimentos internos. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, órgãos públicos, privados e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste período. Rio de Janeiro - RJ, 15 de fevereiro de 2023. A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais–R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	14	9.016	(45.431)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	14	9.016	(45.431)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais–R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) do exercício		9.016	(45.431)
Ajustes em:			
GSF Lei 14.052/2020	10	5.826	(60.803)
Amortização do UBP	10	64.647	65.546
Depreciação e amortização	9/10	38.564	44.024
Imposto de renda e contribuição social	19	4.802	(23.236)
Despesas de juros sobre financiamentos		-	4.853
Despesas de atualização monetária UBP	11	244.879	313.112
Constituição/atualização monetária de provisões (Aumento) redução de ativos:		(3.012)	992
Contas a receber		(3.730)	32.473
Tributos e contribuições sociais		(3.657)	1.401
Outros ativos		(15.400)	(3.877)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		2.037	850
Tributos e contribuições sociais			

(...) continuação - SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)			
RECEITAS	Nota explicativa	2022	2021
Vendas de energia e serviços	15	471.356	431.056
		471.356	431.056
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(84.596)	(32.543)
Material, serviços de terceiros e outros		(84.596)	(32.543)
VALOR ADICIONADO BRUTO		386.760	398.514
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	8/9	(109.037)	(109.570)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		277.723	288.944
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO			
Receitas financeiras	17	36.626	10.624
		36.626	10.624
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		314.349	299.568
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:			
Pessoal:			
Remunerações		7.564	6.377
Encargos sociais (exceto INSS)		465	443
Auxílio alimentação		660	603
Convênio assistencial e outros benefícios		1.266	1.557
Total		9.955	8.980
Governo:			
INSS (sobre folha de pagamento)		1.737	1.701
Imposto de renda e contribuição social	19	4.802	(23.236)
PIS/COFINS	15	43.600	39.371
Outros		142	46
Total		50.281	17.882
Financiamentos:			
Juros e variações monetárias		244.879	317.965
Aluguéis		218	172
Total		245.097	318.137
Acionistas:			
Lucro (Prejuízo) do exercício	14	9.016	(45.431)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		9.016	(45.431)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		314.349	299.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: 1.1. A Companhia: A Serra do Fação Energia S.A. ("Companhia" ou "SEFAC") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de outubro de 2005. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, estado de Goiás, e Paracatu no estado de Minas Gerais, denominado Usina Hidroelétrica Serra do Fação ("UHE Serra do Fação"). A sede da Companhia está localizada na cidade de Catalão - GO, na Avenida 20 de Agosto, 1293 - subsolo. A UHE Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº1, em 13 de julho de 2010, autorizada por meio do Despacho ANEEL nº2.001 de 12 de julho de 2010. A Unidade Geradora nº2 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL em 7 de agosto de 2010, por meio do Despacho ANEEL nº2.274, de 6 de agosto de 2010. A concessão para produção de energia elétrica foi outorgada pelo Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº129/2001, assinado em 7 de novembro de 2001, e seus aditivos, vigendo pelo prazo de 35 anos, a partir da data de sua assinatura, e que poderá ser prorrogado, com base no próprio contrato de concessão, de acordo com a cláusula segunda do referido contrato, mediante cumprimento dos requisitos e processos ali mencionados, tais como: relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante o requerimento prévio com antecedência de 36 meses antes do seu término. Na data de 12/11/2021 a Companhia assinou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com extensão da concessão pelo período adicional de 1.472 (um mil quatrocentos e setenta e dois) dias, a contar do final do prazo de concessão original. 1.2. Capacidade de Geração: A UHE Serra do Fação tem potência instalada de 212,58 MW (2 turbinas com potência de 106,29 MW cada) e garantia física atual de 178,8 MW médios. Desde 1º de janeiro de 2018, conforme Portaria MME nº178, de 3 de maio de 2017, a Garantia Física da UHE Serra do Fação foi reduzida para o montante atual, sendo que essa Revisão Ordinária da Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN (Sistema Interligado Nacional) faz parte do processo de concessão. As revisões ocorrem a cada período de 5 (cinco) anos, onde os novos valores são obtidos por meio da aplicação de metodologias, premissas e critérios específicos do setor, sendo que a TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e IP (Indisponibilidade Programada) fazem parte dessa definição/revisão. Durante o ano de 2022, foram finalizados os processos referentes à revisão da Garantia Física, incluindo correspondência encaminhada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Garantia Física da SEFAC foi reduzida em 4,2%, representando 4,4 MW médios. A Garantia Física a partir de 2023 será de 174,4 MW médios (GF original na concessão: 182,4 MW médios). 1.3. Comercialização de Energia Elétrica: Por meio do leilão para novos empreendimentos de geração de energia realizado pela ANEEL em 16 de outubro de 2007, foram contratados 121 MW médios de energia, pelo preço médio de R\$131,49 (R\$296,31 atualizado até 31 de dezembro de 2022) e, por meio do Termo de Acordo firmado entre os acionistas da Companhia, foram vendidos à acionista Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa), pelo mesmo valor firmado no leilão, 60 MW médios de energia. Os referidos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (121 MW médios de energia) e Ambiente de Contratação Livre (60 MW médios de energia), de acordo com as regras do leilão foram celebrados com o período de suprimento compreendido entre o dia 1º de janeiro do ano de 2012 a 31 de dezembro de 2041, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização da SEFAC terminar no ano de 2040, após a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em 12 de novembro de 2021. De acordo com as regras do Leilão nº001/2007 e com base nos contratos estabelecidos com os clientes, contratos estes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), na eventualidade de o prazo final da concessão ou autorização do comprador ou vendedor encerrar-se antes do término do período de suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão assumirá todas as obrigações e direitos previstos nos presentes contratos, inclusive observando as condições relacionadas ao preço da energia vendida. Os serviços de Operação e Manutenção ("O&M") da UHE Serra do Fação são executados com equipe própria. 1.4. Eventos relevantes do exercício: Durante o período da pandemia, a Companhia adotou medidas para evitar a entrada e, consequentemente, propagação da doença em suas instalações, de forma a minimizar eventuais impactos operacionais, econômicos e financeiros, tendo obtido êxito na implementação e controle de suas ações e processos. Durante o ano de 2022, considerando o cenário de redução no número de casos de Covid-19, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Flexibilização e Reordenamento de Atividades pós-pandemia de Coronavírus (COVID-19), elaborado e apresentado pela Diretoria Executiva. Considerando a liquidação antecipada do financiamento, o tema da redução de capital foi retomado, abrangendo análises econômico-financeiras pertinentes à operação. Após a aprovação do tema pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 2.792 da SFF), o assunto foi encaminhado para apreciação dos Acionistas. A redução de capital proposta pela Administração representa R\$150 milhões. Estima-se que o processo seja concluído e operacionalizado no primeiro semestre de 2023. Em relação à escassez hídrica desencadeada em anos anteriores, considerando as estimativas de GSF e PLD, durante o ano de 2022 a Companhia adotou estratégia semelhante a anos anteriores, efetuando a aquisição de energia elétrica de forma antecipada para o respectivo exercício, obtendo bons resultados, principalmente em relação a estratégia do "hedge" para suprir os volumes decorrentes da exposição ao GSF. Visando a continuidade na obtenção de bons resultados econômicos e financeiros, bem como em relação a prevenção de eventuais impactos decorrentes do GSF, a Companhia adquiriu, de forma antecipada, energia elétrica para os anos de 2023, 2024 e 2025. Conforme estudos elaborados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Garantia Física da SEFAC foi reduzida em 4,2%, representando 4,4 MW médios. A Garantia Física a partir de janeiro de 2023 será de 174,4 MW médios (GF original na concessão: 182,4 MW médios). 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela ANEEL. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração dessas demonstrações financeiras, o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Desta forma, essas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 2.5. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional: A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis dessas demonstrações financeiras são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 3.1. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2022: A partir de 01.01.2022 estão vigentes as alterações retrospectivas com regras específicas nos seguintes pronunciamentos contábeis, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia: 1. CPC 25 (IAS 37) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: alteração na Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). 2. CPC 27 (IAS 16) Ativo Imobilizado: Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos

durante a fase de testes do ativo. As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. 3.2. Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023: A partir de 01.01.2023 estão vigentes alterações retrospectivas com regras específicas nos seguintes pronunciamentos contábeis, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia: (i). CPC 26 (IAS 1) Apresentação das Demonstrações Financeiras: alterações das emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. 3.3. Títulos e valores mobiliários: Estão demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. 3.4. Contas a receber: Engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, acréscimos moratórios e outros contabilizados com base no regime de competência. Os valores decorrentes da receita secundária de energia, oriundos da contabilização e liquidação financeira da CCEE, também são registrados pelo regime de competência. 3.5. Imobilizado e intangível: Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. O valor contábil líquido não excede o seu valor recuperável. Os custos incorridos na aquisição ou construção do imobilizado estão sendo depreciados desde o início das suas operações. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de concessão e, portanto, ao término do período de 35 anos da concessão, esses bens ainda teriam valor residual não depreciado. Contudo, considerando que a Companhia possui um contrato de concessão, o prazo utilizado para os ativos de geração e o mesmo, encerram-se de forma concomitante ao contrato de concessão, considerado como novembro de 2040, após a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, efetivada em 12 de novembro de 2021. 3.6. Uso do Bem Público ("UBP"): O Contrato de Concessão nº129/2001, assinado em novembro de 2001, determina que a energia elétrica produzida pelo empreendimento seja comercializada pela Companhia, vigendo pelo prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Segundo Aditivo do Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBPP (Concessão onerosa), a partir da entrada em operação da 1ª máquina até novembro de 2036. O valor original total fixado pelo segundo aditivo do contrato foi de R\$1.073.000, o qual vem sendo atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), até junho de 2011, e pela variação do IGP-M e do IPCA, a partir de julho de 2011. A Administração, com base no novo manual de contabilidade do setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, alterou o procedimento referente a contabilização do UBPP de forma prospectiva, registrando a concessão onerosa do UBPP como um ativo intangível em contrapartida da rubrica UBPP a pagar. Esse ativo intangível reconhecido passou a ser amortizado em 263 meses, período remanescente do contrato da referida concessão em 31 de dezembro de 2014. Em dezembro de 2021 foi registrado o valor complementar referente a extensão da concessão onerosa do UBPP como um ativo intangível em contrapartida da rubrica UBPP a pagar. Esse ativo intangível reconhecido foi adicionado ao saldo do ativo já existente e será amortizado em 227 meses, período remanescente do contrato da referida concessão após a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, efetivada em 12 de novembro de 2021. 3.7. Licença de operação: O registro da provisão para as condicionantes vinculadas à Licença de Operação ("LO") foi efetuado no Ativo Intangível, em cumprimento à orientação técnica OPCP 05, sendo que os valores são amortizados mensalmente, de forma linear, observando o prazo da Licença concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") quando da Renovação da LO. A contrapartida desta provisão foi contabilizada na rubrica de Provisão para Gastos com Licença de Operação no passivo, e serão realizados até o ano de 2022. 3.8. Financiamentos: Os financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), considerando a taxa efetiva das captações dos referidos financiamentos. O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi quitado em 15 de abril de 2021. 3.9. Receitas: A receita operacional é composta pelos contratos ACR (Ambiente de Contratação Regulada), 121 MW médios, e pelo contrato ACL (Ambiente de Contratação Livre), 60 MW médios, sendo que ambos estão sendo contabilizados com base no regime de competência e possuem vigência até dezembro de 2041. Ressalta-se que, conforme cláusulas contratuais, o sucessor da titularidade da respectiva concessão deverá assumir todas as obrigações e direitos previstos nos presentes contratos, observando, inclusive, as condições relacionadas ao preço e volume da energia vendida. Os contratos são reajustados anualmente pelo IPCA no mês do reajuste autorizado para as distribuidoras (ACR) e todo mês de janeiro para o contrato ACL. O volume de vendas anual é linear, variando apenas os volumes mensais devido à sazonalidade. 3.10. Encargos do consumidor: Esses custos são contabilizados na ocorrência de seus fatos geradores, respeitando o regime de competência. • Compensação Financeira (CFURH): Para o ano de 2022, a TAR foi definida em R\$83,78/MWh, conforme Nota Técnica ANEEL de 7 de dezembro de 2021 (R\$76,00/MWh em 2021). • Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSEE). • Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição e Geração (TUSDg). 3.11. Tributação: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são apurados pelo regime de Lucro Real, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. 1. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou base tributável para imposto de renda e contribuição social. II. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando as estimativas e projeções indicarem que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. 3.12. Provisões para riscos: São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado e eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são constituídas com base na opinião dos advogados da Companhia e de seus consultores legais externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. 3.13. Redução ao valor recuperável de ativos: Ao fim de cada exercício ou sempre que houver qualquer modificação relevante no ambiente de negócios que a Companhia opera, a Administração verifica se há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e o valor contábil dos bens é reduzido de forma a refletir o valor recuperável estimado. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, a mesma é reconhecida imediatamente no resultado. 3.14. Uso de estimativas: Na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As principais estimativas referem-se à provisão para riscos, provisão para "impairment" sobre outros ativos não circulantes e expectativa de constituição e realização dos créditos tributários. 3.15. Instrumentos financeiros: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, enquanto os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem os títulos e valores mobiliários. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e UBPP a pagar, todos mensurados ao custo amortizado. • Desreconhecimento: Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reter os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. • Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do

resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. • Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto. A Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos como atividade de financiamento por entender que representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. A Companhia também trata o pagamento/amortização das obrigações relativas ao UBPP como atividade de financiamento, pois entende que o passivo de UBPP refere-se a um financiamento concedido pelo Poder Concedente, no momento de assinatura do contrato de concessão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

	31/12/2022	31/12/2021
4.1. Caixa e Equivalentes:		
Banco Conta Movimento	4	19
Aplicações Financeiras:		
Fundos de renda fixa (FRF)	17.530	204.113
Certificado de depósito bancário (CDB)	113	390
	17.647	204.522

4.2. Títulos e Valores Mobiliários:

Instituição financeira	31/12/2022
Aplicações Financeiras:	
Fundos de renda fixa (FRF)	335.692
	335.692

Circulante

As aplicações financeiras do período tiveram um rendimento médio de 112,58% da variação do CDI (138,1% em 31 de dezembro de 2021), são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou as suas aplicações financeiras e entendeu que a classificação contábil apropriada para o uso dos recursos é como Títulos e Valores Mobiliários.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores - Fornecimento	36.880	33.383
Partes relacionadas - Suprimentos - NE 18	11.303	10.270
Energia Elétrica Curto Prazo CCEE (*)	-	800
	48.183	44.453

O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber é de 45 dias para terceiros e 15 dias para os contratos com partes relacionadas. A Companhia entende que não há a necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando que o risco de perda não é relevante com esses clientes. (*) Trata-se do reconhecimento de valores a receber junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referente ao saldo das operações mensais relacionadas à compra/venda de energia, MRE e energia secundária, porém ainda não recebidas.

6. FUNDOS VINCULADOS - BLOQUEIO JUDICIAL

	31/12/2022
Banco Bradesco S.A.	20.578
Caixa Econômica Federal	2
	20.580

Refere-se ao bloqueio efetuado na data de 19 de abril de 2022, no valor de R\$20.580.165,84 (vinte milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) relacionado ao Processo 0092249.34.2018.8.26.0100 - Incidente processual de descondição de Personalidade Jurídica - 6ª Vara de São Paulo - Foro central João Mendes. Trata-se de pedido de descondição da personalidade jurídica apresentado por IVETE MARIA PIRES DA COSTA em face de SERRA DO FAÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A. e outros. A Companhia está tomando todas as medidas e ações necessárias, uma vez que a empresa executada, SERRA DO FAÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A., não tem qualquer relação com a Companhia Serra do Fação Energia S.A. A Serra do Fação Energia S.A. - SEFAC inicialmente não foi relacionada no processo judicial, porém devido a inserção do endereço da mesma no processo, a empresa foi citada e apresentou defesa arguindo a ilegitimidade passiva na ação judicial. Em decisão, o Juiz de 1º grau não aceitou a defesa da SEFAC e, no momento, o processo aguarda definição do assunto no Tribunal de Justiça de São Paulo para decisão do Agravo de Instrumento.

7. PRÊMIO DO RISCO HIDROLÓGICO: Em 18 de janeiro de 2016, a SEFAC formalizou junto à ANEEL o Termo de Repatuação do Risco Hidrológico - ACR e demais documentos requeridos na Resolução Normativa nº684, como condição de eficácia da repatuação prevista na Lei nº13.203/2015. O início do pagamento do prêmio referente ao risco hidrológico foi postergado para o mês de julho de 2020, logo após o encerramento da amortização das despesas pagas antecipadamente, que se encerrou em 30 de junho de 2020, após ter sido iniciado em 1º de janeiro de 2016. A repatuação dos contratos regulados tem como contrapartida o pagamento mensal, a partir de 1º de julho de 2020, à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária ("CCRB"), sendo o referido pagamento composto pela multiplicação de 121MW médios pelo prêmio de risco unitário (R\$9,50/MWh) do produto escolhido (SP-100), conforme apresentado no anexo I da resolução supracitada. O valor do prêmio de risco unitário é reajustado em janeiro de cada ano, a partir da variação do IPCA, tendo sido definido o valor de R\$14,32/MWh para o período de julho de 2022 a junho de 2023, totalizando o custo mensal médio para a Serra do Fação no valor aproximado de R\$1.265. O valor contabilizado está sendo amortizado em parcelas iguais e consecutivas até o final da concessão estendida, observando o referido Termo, onde o novo prazo de concessão passou a ser novembro de 2040.

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Base de Impostos	454.702	458.056
cálculo diferidos	154.599	155.739
Diferenças temporárias	3.601	6.613
	155.823	157.988

Movimentação dos impostos diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação Prejuízos Fiscais e base negativa		
Saldo no início do exercício	157.988	134.752
Movimentação		
Lucro ou (Prejuízo) antes do IR e CSLL	13.817	(68.667)
(+) PL Administradores	365	230
(+) Outros	11	96
(-) Reversão Contingências Ambientais (Dif. Temporárias)	(3.012)	-
Base de cálculo	11.181	(68.341)
Compensação Prejuízos Fiscais e base negativa	(3.354)	-
IRPJ - 25% Base Negativa	(838)	17.085
CSLL - 9% Base Negativa	(302)	6.151
IRPJ - 25% Diferenças Temporárias	(754)	-
CSLL - 9% Diferenças Temporárias	(271)	-
Encargos fiscais	(2.165)	23.236
Saldo no final do exercício	155.823	157.988

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social constituída à alíquota de 9%. Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração entende que o saldo de impostos diferidos será realizado com previsão até julho de 2030, antes do final do período de concessão da Companhia. A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados:

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	4.393	10.148	15.204	19.939	25.140	29.750	33.289	17.960
	-	-	-	-	-	-	-	155.823

9. IMOBILIZADO

	31/12/2022	31/12/2021		
Taxas anuais Médias ponderadas de depreciação (%)				
Custo				
Depreciação acumulada				
Valor Líquido				
Valor Líquido				
Imobilizado (Administração)				
Edificações, obras e benfeitorias	3,33%	618 (215)	404	426
Móveis e Utensílios	10%	306 (194)	111	119
Veículo	20%	100 (64)	36	-
Máquinas e Equipamentos	20%	353 (267)	86	2
Subtotal		1.377 (740)	637	547
Imobilizado (Operação)				
Terrenos				

(...) continuação - SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.722.966/0001-74

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Imobilizado (Administração)	Transferências				31/12/2022 valor líquido
	31/12/2021 valor líquido	Adições	Reclassificações	Depreciação	
Edificações, obras e benfeitorias	426	-	-	(23)	404
Móveis e Utensílios	119	-	9	(16)	111
Veículos	-	-	100	(64)	36
Máquinas e Equipamentos	2	-	103	(18)	86
Total Imobilizado Administração	547	-	211	(121)	637
Imobilizado (Operação)					
Terrenos	81.345	-	8.404	(5.553)	84.196
Reservatórios, barragens e adutoras	100.575	-	-	(5.317)	95.258
Edificações, obras e benfeitorias	240.977	-	10.886	(14.378)	237.485
Máquinas e Equipamentos	222.383	-	5.293	(12.598)	215.078
Veículos	-	-	829	(369)	461
Móveis e Utensílios	51	-	89	(20)	120
Total Imobilizado Operação	645.332	-	25.501	(38.235)	632.598
Imobilizado (Em curso)					
Terrenos	7.482	-	(7.482)	-	-
Reservatórios, barragens, adutoras	8.874	1.559	(10.433)	-	-
Edificações, obras e benfeitorias	59	-	(59)	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.894	754	(5.506)	-	142
Veículos	626	215	(841)	-	-
Móveis e utensílios	9	-	(9)	-	-
Depósitos Judiciais	1.398	-	1.611	-	3.009
Outros	990	304	(1.294)	-	-
Total Imobilizado em Curso	24.332	2.832	(24.012)	-	3.151
Total do Imobilizado	670.209	2.832	1.701	(38.356)	636.387

As movimentações do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

Imobilizado (Administração)	Transferências				31/12/2021 valor líquido
	31/12/2020 valor líquido	Adições	Reclassificações	Depreciação	
Edificações, obras e benfeitorias	453	-	-	(26)	426
Máquinas e Equipamentos	5	-	-	(3)	2
Móveis e Utensílios	134	-	-	(16)	119
Total Imobilizado Administração	592	-	-	(45)	547
Imobilizado (Operação)					
Terrenos	87.171	-	-	(5.826)	81.345
Reservatórios, barragens e adutoras	107.352	-	-	(6.777)	100.575
Edificações, obras e benfeitorias	257.132	-	-	(16.155)	240.977
Máquinas e Equipamentos	237.541	-	-	(15.158)	222.383
Móveis e Utensílios	58	-	-	(7)	51
Depósitos Judiciais	1.837	113	(552)	-	1.398
Outros	985	5	-	-	990
Total Imobilizado em Curso	21.880	2.452	-	-	24.332
Total do Imobilizado	711.726	2.452	-	(43.968)	670.209

Apresentamos a seguir, a movimentação do imobilizado:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	670.209	711.726
Adições	2.832	2.452
Transferências	1.701	-
Depreciação	(38.356)	(43.968)
Saldo final	636.387	670.209

A Companhia avaliou os indicadores e não identificou indícios de existência de "impairment" do ativo.

10. INTANGÍVEL

Intangível (Administração)	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto
Licença de uso de software	1.276	(610)	666	-
Contratos de Aluguéis	190	(147)	43	124
Total Intangível (Administração)	1.466	(757)	709	124
Intangível (Operação)				
Uso do Bem Público	1.681.711	(523.467)	1.158.244	1.222.891
Serviço permanente	1.234	(493)	741	783
Licença de Operação (a)	16.882	(8.592)	8.290	8.592
GSF Lei 14.052/2020 (b)	110.214	(5.826)	104.388	110.214
Licença de uso de software	21	(21)	-	-
Contratos de Aluguéis	43	(36)	7	13
Total Intangível (Operação)	1.810.105	(538.436)	1.271.670	1.342.493
Total	1.811.571	(539.193)	1.272.379	1.342.618

(a) Detalhe descrito na nota explicativa nº 13.f). (b) Direito de compensação por perdas sofridas, representado por um ativo regulatório que se traduz em extensão do prazo de outorga dos empreendimentos participantes do MRE, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020. O Conselho de Administração aprovou a extensão da outorga em Reunião ocorrida em 05 de fevereiro de 2021. Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE deverão ser compensados pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), decorrentes de: • Restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento. • Diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN, conforme critérios técnicos aplicados pelo poder concedente às demais usinas hidrelétricas. A compensação financeira devida a cada usina do MRE "deverá considerar a atualização do capital despendido, tanto pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como pela taxa de desconto". Na data de 14.09.2021, a ANEEL aprovou, em sua 34ª Reunião Pública Ordinária, a homologação dos prazos da extensão da outorga das usinas do MRE alcançadas pela Lei 14.182, e que não estavam contempladas pela REH 2.919 (conjuntos das Estruturantes e Repactuadas no ACR). Na data de 17.09.2021, foi divulgada a REH 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Intangível (Administração)	Provisões				31/12/2022 valor líquido	
	31/12/2021 valor líquido	Adições	Baixas	Transf. Amortiza-ção		
Licença de uso de software	-	-	833	(167)	666	
Contratos de Aluguéis	124	66	(147)	-	43	
Total Intangível Administração	124	66	(147)	833	709	
Intangível (Operação)						
Uso do Bem Público	1.222.891	-	-	(64.647)	1.158.244	
Serviço permanente	783	-	-	(41)	741	
Licença de Operação	8.592	8.290	-	(8.592)	8.290	
GSF Lei 14.052/2020	110.214	-	-	(5.826)	104.388	
Contratos de Aluguéis	13	29	(36)	-	7	
Total Intangível Operação	1.342.493	8.319	(36)	833	(79.107)	1.271.670
Total do Intangível	1.342.618	8.385	(183)	833	(79.274)	1.272.379

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

Intangível (Administração)	31/12/2021				31/12/2021 valor líquido	
	valor líquido	Adições	Transf. ferência	Amorti-zação		
Contratos de Aluguéis	281	-	-	(157)	124	
Total Intangível Administração	281	-	-	(157)	124	
Intangível (Operação)						
Uso do Bem Público	1.043.279	245.158	-	(65.546)	1.222.891	
Serviço permanente	839	-	-	(56)	783	
Licença de Operação	7.880	8.592	-	(7.880)	8.592	
GSF Lei 14.052/2020	49.412	110.214	-	(49.412)	110.214	
Contratos de Aluguéis	52	-	-	(39)	13	
Total Intangível Operação	1.101.462	363.964	-	(49.412)	(73.521)	1.342.493
Total do Intangível	1.101.743	363.964	-	(49.412)	(73.678)	1.342.618

Apresentamos a seguir, a movimentação do intangível:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.342.618	1.101.743
Uso do Bem Público (a)	245.158	-
Licença de operação (b)	8.290	8.592
GSF Lei 14.052/2020 (c)	110.214	110.214
Contratos de aluguel (d)	7	13
Transferências	833	-
Compensação da licença de operação	(8.592)	(7.880)
Amortização dos contratos de aluguéis	(183)	(195)
Amortização	(208)	(56)
Amortização GSF Lei 14.052/2020	(5.826)	-
Amortização do UBP	(64.647)	(65.546)
Saldo final	1.272.379	1.342.618

(a) Refere-se ao complemento da contabilização do ativo intangível do UBP de acordo com a extensão da concessão por mais 1.472 (um mil, quatrocentos e setenta e dois) dias, após

a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, na data de 12 de novembro de 2021. (b) Refere-se à compensação linear da licença de operação em contrapartida da Provisão para gastos com licença de operação descrita na nota explicativa nº 13.f). (c) Refere-se à contabilização dos valores complementares conforme assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, na data de 12 de novembro de 2021, conforme a Lei nº 14.052/2020. (d) Refere-se à adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil como critério a ser utilizado. Detalhe descrito na nota explicativa nº 13.e).

11. USO DO BEM PÚBLICO

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.157.178	1.763.505
Pagamentos	(189.202)	(164.597)
UBP extensão nota explicativa nº 10.(a)	-	245.158
Atualização monetária	244.879	313.112
Saldo final	2.212.855	2.157.178
Circulante	201.225	180.615
Não circulante	2.011.630	1.976.563

Conforme determinado no Contrato de Concessão nº 129/2001 e seus aditivos, o encargo do UBP no valor total atualizado de R\$3.588.842 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.122.855 descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa real de 6,03% (taxa interna de retorno definida no início da concessão e revisada devido à extensão da concessão)) e considerando a parcela atualizada pela inflação, em 31 de dezembro de 2022, é recolhido à União enquanto da exploração do aproveitamento hidroelétrico, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") - referente a parcela de energia elétrica comercializada pela UHE Serra do Fação no ACR, equivalente a 66,34% e pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), sobre a parcela de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), equivalente a 33,66%, conforme terceiro termo aditivo ao contrato, assinado em 23 de maio de 2011. O índice de variação do IPCA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 5,79% (10,06% em 31 de dezembro de 2021) e o índice do IGP-M foi de 5,45% (17,7925% em 31 de dezembro de 2021).

12. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	1.601	941
Suprimento de energia elétrica	4.628	3.251
Saldo final	6.229	4.192

13. PROVISÕES

	31/12/2022	31/12/2021
IBAMA - compensação ambiental (a)	16.141	16.141
IBAMA - estratificação do reservatório (b)	-	5.327
IBAMA - qualidade da água (c)	3.589	1.287
Provisão Servidão (d)	2.546	-
Contratos de aluguéis (e)	49	137
Provisão para gastos com licença de operação (f)	8.290	8.592
Total	30.615	31.484
Circulante	8.339	8.704
Não circulante	22.276	22.779

A seguir, a movimentação das provisões:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	31.484	29.975
Constituições (reversões)	7.906	9.389
Baixas de contratos de aluguéis	(183)	-
Compensação licença de operação	(8.592)	(7.880)
Saldo final	30.615	31.484

(a) Montante referente a uma discussão administrativa com o IBAMA para a redução do percentual de aplicação da compensação ambiental de 2% para até 0,5% do valor do investimento, com base no Decreto nº 6.848/09, bem como a modificação do índice de atualização de SELIC para IGP-M. A questão foi judicializada pela SEFAC e julgada procedente em parte tomando nula a decisão administrativa, transformando o índice de 2% para 0,5%, bem como o IGP-M como índice de correção. Aguardando julgamento da Apelação Civil. Realizado depósito judicial da parte incontroversa, no valor de R\$5.438. Aguardando julgamento do trânsito em julgado. Apesar da procedência do pedido em primeira instância a favor da SEFAC, a Companhia mantém provisionado o valor referente à parte controversa, estimado pela Administração e seus assessores legais no montante de R\$16.141. (b) Refere-se a dois Autos de Infração emitidos em junho de 2010 pelo IBAMA, n.º 687165 e 687166, relacionados à mortandade de peixes. Os processos administrativos vinculados aos Autos de Infração foram encerrados devido ao reconhecimento da incidência da prescrição intercorrente e a extinção da punibilidade. O Ibama, de acordo com a vedação expressa contida no art. 117, caput, inciso I e § 1º da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 2, de 29 de janeiro de 2020, que regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não pode recorrer da decisão. (c) Qualidade da água - Refere-se a 02 (dois) Processos Administrativos vinculados aos Autos de Infração nº 699658 e 699661 emitidos pelo IBAMA no ano de 2013 com a alegação de que a Companhia deixou de atender às condicionantes 2.6 e 2.7 estabelecidas na Licença Ambiental LO nº 895/2009, conforme descrito no Parecer nº 005172/2013. A Companhia apresentou defesa administrativa comprovando o atendimento das condicionantes 2.6 e 2.7 da Licença de Operação nº 895/2009, uma vez que o relatório foi entregue dentro do prazo previsto e eventual inconsistência de dados pode ser suprida mediante simples complementação do documento, como prevê a Resolução CONAMA nº 237/1997. Com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém provisão de R\$3.589, em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.287 em 31 de dezembro de 2021). (d) Provisão Servidão - Diz respeito à Ação de Instituição de Servidão Administrativa, processo judicial 200903284779, 1ª Vara Cível de Catalão. O processo originalmente ajuizado com o objetivo de instituir a servidão em uma área onde passa a linha de transmissão foi julgado, atribuindo à SEFAC a responsabilidade pelo pagamento de desvalorização do remanescente da área, uma vez que a área está localizada em uma área urbana, apesar de ser considerada uma área rural. Aguardando decisão de recurso apresentado. (e) Trata-se da provisão de contratos de aluguéis a vencer, conforme adoção dos parâmetros legais constantes na IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil. (f) Refere-se à provisão dos gastos estimados para atendimento das condicionantes socioambientais vinculadas à renovação da Licença de Operação (LO) perante o IBAMA. Passivos contingentes: No decorrer do ano de 2012, a SEFAC apresentou defesa em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual de Goiás na Justiça Estadual de Goiás, no fórum de Catalão, com o valor da causa atualizado em R\$54.076 sobre os mesmos fatos relativos à mortandade de peixes no reservatório da UHE Serra do Fação. O risco dessa ação foi determinado como possível pelos assessores legais da Companhia, devido a alegação de ilegitimidade passiva do Ministério Público Estadual para ajuizar ação de competência da Justiça Federal, diante da responsabilidade objetiva em matéria ambiental e, portanto, não foi constituída a provisão para tal ação. A ação judicial, devido à defesa apresentada, teve o foro deslocado para a Justiça Federal de Brasília. O perito judicial apresentou o laudo pericial e a SEFAC manifestou sua concordância com o mesmo, pois nele o perito manteve o entendimento de que os dados comprovam que a morte de peixes decorreu da estratificação térmica do reservatório, resultante de uma queda brusca da temperatura, que não era esperada para esse período do ano, não tendo nenhuma relação com a supressão parcial da vegetação, a qual foi realizada de acordo com os estudos técnicos apresentados no processo de licenciamento ambiental. Em 04 de novembro de 2021 a ação judicial foi julgada improcedente. Na data de 16 de novembro de 2021 o Ministério Público Federal apresentou recurso denominado Apelação Cível. A Companhia aguarda decisão da 2ª instância. Mesmo após a improcedência da ação, os assessores legais da Companhia estimam o risco como possível e atribuem o valor de R\$1.914. A Companhia tem outras ações de natureza trabalhista, administrativa e cível envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos advogados da Companhia e de seus assessores legais externos, para as quais não há provisão constituída, sendo os valores em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$159, R\$111 e 22.518 (R\$457, R\$105 e R\$0 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$522.368, é representado por 522.368.000 ações, sendo 421.633.827 ordinárias e 100.734.173 preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são detidas pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é assim composto:

	Quantidade de ações em 31/12/2022			
	Ordinárias	%	Preferenciais	%
Alcoa Alumínio S.A.	182.691.417	43,3294	-	-
DME Energética S.A.	57.529.803	13,6444	-	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	181.412.607	43,0262	100.734.173	100,00
Total	421.633.827	100,0000	100.734.173	100,00

b) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação da reserva legal. c) Resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. O lucro apurado no exercício de 2022 foi absorvido com os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Companhia não possui instrumentos potenciais classificados como diluidores.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	9.016	(45.431)
Absorção dos prejuízos acumulados	(9.016)	-
Saldo	-	(45.431)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	421.634	421.634
Lucro (Prejuízo) básico por ação	0,0214	(0,1077)

15. RECEITAS: A seguir, a conciliação da receita operacional bruta para a receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
no exercício:	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento/Fornecimento de energia	471.356	428.351
Energia elétrica de curto prazo CCEE	-	2.705
Receita bruta operacional	471.356	431.056
PIS	(7.777)	(7.036)

(...) continuação - SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

22. COMPROMISSOS: O valor gasto em Programas Ambientais, incluindo os gastos com pessoal alocados nos respectivos programas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$7.558 (R\$6.019 em 31 de dezembro de 2021). Em 9 de setembro de 2014, o IBAMA emitiu a 1ª Renovação da Licença de Operação nº895/2009, com validade até 8 de setembro de 2020. Em 11 de março de 2015, a SEFAC recebeu a 1ª retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº895/2009 do IBAMA, com validade até 11 de março de 2021. Em cumprimento à legislação, a SEFAC publicou em 2 de abril de 2015 no Diário Oficial da União, a informação sobre a 1ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009. Em 10 de outubro de 2017, devido à inclusão na Licença de Operação dos itens 2.24 e 2.25 das condicionantes específicas referente a aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA), a Companhia recebeu ofício do IBAMA nº 283/2017/DILIC-IBAMA com a 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, com validade até 11 de março de 2021. A inclusão das duas condicionantes na Licença de Operação é consequência da aprovação final do PACUERA, obtida pela SEFAC, conforme Ofício nº60/2017/NLS-MG/DITEC-MG/SUPES-MG-IBAMA, em 14 de setembro de 2017. Na data de 11 de novembro de 2020, a SEFAC apresentou para o IBAMA, de forma tempestiva, o pedido de 2ª renovação da licença de operação, pelo prazo de 10 (dez) anos,

com base no §4º, inciso III, art. 18 da Resolução nº 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997, ou seja, observando o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de vencimento da 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, emitida em 20.09.2017 com vigência até 11.03.2021, sob o protocolo nº 001812.0000420/2020. Nesse sentido, de acordo com a legislação, a licença de operação do empreendimento está vigente até a emissão da nova licença de operação. Até a emissão da nova licença, todos os programas continuarão a ser executados conforme previsto na 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009 e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a Companhia e o IBAMA. Ao todo são três Macro Atividades Socioambientais (Programas Físicos ("F"), Programas Bióticos ("B") e Programas Socioeconômicos ("S")), que englobam Atividades Socioambientais, cujos resultados devem ser apresentados anualmente ao IBAMA por meio de relatórios consolidados. Vale destacar que, em 15 de março de 2021 a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD do estado de Goiás, responsável pelo licenciamento ambiental da Linha de Transmissão de 138kV - renovou a Licença de Funcionamento nº 126/2021 da Linha de Transmissão (LT 138 kV) do empreendimento, com validade de 10 anos, vigente até 15/03/2031, para transmissão de energia elétrica, localizada entre os municípios de Davinópolis (GO) e Catalão (GO).

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva da Companhia em 15 de fevereiro de 2023.

MEMBROS DO CONSELHO E DA ADMINISTRAÇÃO 2022**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Membros Titulares: Luiz Laércio Simões Machado Junior; Letícia Costa Manna Leite; Jorge Eduardo Mattos de Carvalho; Eduardo Sampaio Dória; Marcelo Dias Loichate.
Membros Suplentes: Rafael Zara Garrio; Marcos Rogério Alvim.

CONSELHO FISCAL

Luiz Eduardo Marques Moreira; Reginaldo Correa;
Sandra Cristina Rodrigues Bertozzi

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque - Diretor-Presidente e Técnico
Odair Batista Carvalho - Diretor Administrativo Financeiro

CONTADORA

Patrícia Nogueira de Souza - CRC RJ-095769/0-O GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Serra do Facão Energia S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra do Facão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Facão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** a) Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público: A Companhia registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP, de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2015. O registro contábil descrito estava sendo feito, até 31 de dezembro de 2014, pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais iniciadas em julho de 2010. De acordo com a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão e considerando as características do contrato de concessão da Companhia, entendemos tratar-se de um contrato não executório, que requereria o registro da obrigação do UBP, em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo intangível (direito de concessão) está a maior em R\$289.051 mil (R\$308.857 mil em 31 de dezembro de 2021), os impostos diferidos ativos estão a menor em R\$98.277 mil (R\$105.011 mil em 31 de dezembro de 2021), o patrimônio líquido está a maior em R\$190.774 mil (R\$203.846 mil em 31 de dezembro de 2021), o resultado do exercício findo nessa data está a menor em R\$13.072 mil (resultado a menor em R\$13.665 mil em 31 de dezembro de 2021) líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elabo-

rada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Ressalva identificada em 2021 (para fins de efeitos comparativos):** **Valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório, emitido em 26 de janeiro de 2022, incluía ressalvas relativas ao registro do direito de uso do bem público descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" acima e sobre a antecipação do registro contábil, no resultado do exercício de 2020, do ganho de R\$49.412 mil, relativo ao acordo de repactuação do risco hidrológico de geração de energia, fazendo com que o resultado do exercício de 2021 esteja apresentado a menor no referido montante, bruto de impostos. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Antônio Carlos Brandão de Sousa Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

138964

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado
ICP
Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2023/04/03 23:59:55